



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		5.474	12.374
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.207	8.238
Contas a receber de clientes	6	3.745	3.972
Impostos a recuperar		159	13
Despesas pagas antecipadamente		353	124
Outros ativos		10	27
Não circulante		281.236	287.319
Títulos e valores mobiliários	7	5.492	5.633
Imobilizado	8	275.595	281.648
Intangível	9	149	38

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante		30.199	33.193
Empréstimos e financiamentos	10	11.750	11.761
Fornecedores		3.901	832
Salários, férias e encargos sociais		81	108
Impostos e contribuições sociais a recolher	11	793	882
Dividendos declarados		2.666	2.766
Provisões de constituição de ativos	12	10.996	16.832
Outros passivos		12	12
Não circulante		109.704	141.229
Empréstimos e financiamentos	10	103.320	114.722
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	18.978
Provisões de constituição de ativos	14.1	6.384	7.529
Patrimônio líquido		146.807	125.271
Capital social	15	108.944	45.182
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.1	14.300	65.084
Reservas de lucro		23.563	15.005
Passivo e patrimônio líquido		286.710	299.693

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros não distribuídos		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	45.182	65.084	307	1.455	4.364	116.392
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	11.645
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(2.766)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(582)
Reserva legal	-	-	582	-	-	8.297
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	8.297	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	45.182	65.084	889	1.455	12.661	125.271
Integralização de capital através de AFAC	63.762	(50.784)	-	-	-	12.978
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.224
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(2.666)
Reserva legal	-	-	561	-	-	(951)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	7.997	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	108.944	14.300	1.450	1.455	20.658	146.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala L, São Paulo - SP, A NEEL, através da Resolução Autorizativa nº 139/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Queluz pela empresa Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Queluz de Energia S/A através da Resolução nº 715/2006, de 3 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1.005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para Alupar Investimento S/A. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e à atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização de exploração da Usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de fevereiro de 2015. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, sendo classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento. **3.1.3. Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.5. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.6. Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. **3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3. Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. **3.7. Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8. Tributação:** **3.8.1. Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes

alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%, e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%; Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido. **3.8.3. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação das mesmas e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, a Diretoria poderá submeter à autorização do Conselho de Administração o pagamento de juros sobre capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. **3.11. Reconhecimento da receita:** A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. **3.11.1. Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. **3.11.2. Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.12. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas: A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa:		
Numerário disponível	605	3.550
Aplicações financeiras	602	4.688
	1.207	8.238

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 75% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2014, comparado de 93% a 100,4% do CDI em 31 de dezembro de 2013.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	3.745	3.972
	3.745	3.972

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2014	31/12/2013
Não Circulante		
Títulos e valores mobiliários	5.492	5.633
	5.492	5.633

Essas aplicações financeiras referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, com característica de baixa liquidez, e baixo risco de crédito, com remuneração efetiva do CDI de 100% em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento reatadas.

8. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação		31/12/2014	Adições	31/12/2013
Em serviço					
Terras	0%	5.039	-	5.039	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	172.769	-	172.769	
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	3%	28.085	-	28.085	
Máquinas e Equipamentos	4%	88.467	26	88.441	
Veículos	14%	348	20	328	
Móveis e Utensílios	6%	36	13	23	
Em curso		3.025	671	2.354	
Total do custo do imobilizado		297.769	730	297.039	

	31/12/2014	Adições	31/12/2013
Depreciação			
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(12.301)	(3.601)	(8.700)
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	(1.959)	(574)	(1.385)
Máquinas e Equipamentos	(7.822)	(2.558)	(5.264)
Móveis e Utensílios	(4)	(2)	(2)
Veículos	(88)	(48)	(40)
Total da depreciação	(22.174)	(6.783)	(15.319)
Total do imobilizado líquido	275.595	(6.053)	281.648

O montante das aquisições no ano de 2014 representam investimentos em materiais e serviços, vinculados ao ativo imobilizado, aplicados na implantação da PCH Queluz. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização		31/12/2014	Adições	31/12/2013
Em serviço					
Software	20%	80	8	72	
Outros intangíveis	6%	128	128	-	
Total do custo do intangível		208	136	72	
Amortização					
Outros intangíveis	(49)	(15)	(34)	-	
Outros intangíveis	(10)	(10)	-	-	
Total da amortização	(59)	(25)	(34)	(34)	
Total do intangível líquido	149	111	38	38	

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Circulante		Não circulante - Principal	
	Vencimento	Taxa efetiva	Principal	31/12/2013
BNDES	01/01/25	TJLP + 1,93%	280	9.322
BNDES	01/01/25	TJLP + 2,22%	64	2.042
FINAME	15/07/18	3,00%	42	42
			42	44
			344	11.406
			2.800	11.761
			11.761	103.320
				114.722

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado é de R\$ 114.647, corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010. Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0478.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado é de R\$ 27.716, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de fevereiro

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receta operacional líquida	17	46.325	38.780
Custos operacionais			
Compra de energia elétrica		(13.651)	(3.948)
Custos dos serviços prestados		(3.908)	(4.745)
Depreciação e amortização		(6.776)	(6.746)
	8 e 9	(24.335)	(15.439)
Lucro bruto		21.990	23.341

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
(Despesas) Receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(553)	(1.130)
Pessoal		(523)	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

	31/12/2014		31/12/2013		Mensuração do Valor Justo	Classificação por Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	1.207	1.207	8.238	8.238	Nível I	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	3.745	3.745	3.972	3.972	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Títulos e valores mobiliários	5.492	5.492	5.633	5.633	Nível I	Ativos financeiros disponíveis para venda
	10.444	10.444	17.843	17.843		
Passivo						
Fornecedores	3.901	3.901	832	832	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - Circulante	11.750	11.750	11.761	11.761	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos - Não circulante	103.320	103.320	114.722	114.722	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	118.971	118.971	127.315	127.315		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. **21.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

21.3. Informações sobre liquidez: A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

21.4. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador CDI e assim definindo-os com o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
	Posição em 31/12/2014	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		6,24%	9,35%	12,47%	15,59%
CDI	1.207	75	113	151	188
		226			

Aplicações Financeiras (Caixa e equivalentes de caixa)

Análise de sensibilidade das dívidas: Com base no relatório FOCUS de 26 de dezembro de 2014, foi extraída a projeção do indexador TJLP e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros ao ano	Posição em 31/12/2014	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		2,75%	4,13%	5,50%	6,88%	8,25%
TJLP + 1,93%	84.667	4.007	5.194	6.381	7.567	8.754
TJLP + 2,22%	18.543	933	1.194	1.454	1.715	1.975

BNDES
BNDES

A Diretoria

Contadora: Patrícia N. S. Ferreira - CRC 1SP237063/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Usina Paulista Queluz de Energia S.A.** São Paulo - SP - Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Paulista Queluz de Energia S/A em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Auditoria dos**

valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2